

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Orçamento de 2025 é aprovado com superávit de R\$ 15 bilhões

Resultado se deve a precatórios terem ficado de fora do teto de gastos

/ CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional aprovou o projeto do orçamento de 2025 com um superávit previsto de R\$ 15 bilhões, sendo que a meta para o ano é de déficit zero. O texto original do Poder Executivo citava R\$ 3,7 bilhões de superávit após as deduções permitidas.

O projeto foi aprovado depois que o relatório final do senador Angelo Coronel (PSD-BA) foi divulgado na madrugada desta quinta-feira e votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) no começo da tarde. O texto seguirá agora para a sanção presidencial.

O texto prevê um superávit de R\$ 15 bilhões, valor superior aos R\$ 3,7 bilhões previstos pelo governo no texto original. Essa sobra, segundo o relator, veio do ajuste da inflação aplicado ao teto de gastos.

O resultado só é positivo porque R\$ 44 bilhões destinados ao pagamento de precatórios ficam fora do cálculo do teto de gastos. Do contrário, o orçamento ficaria negativo.

O orçamento de 2025 deveria ter sido votado até o fim do ano passado, mas teve a discussão prejudicada pela crise das emendas e pelo pacote de corte de gastos. A votação nesta quinta foi acelerada.

A sessão conjunta do Congresso convocada na quarta pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) começou pouco depois das 15h.

Na CMO, a sessão foi suspensa logo depois das 11h para a apresentação de destaques por senadores e deputados. Foram apresentados 25 destaques, todos rejeitados pela comissão.

O senador Randolfe Rodrigues



VINIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Sessão conjunta aprovou texto, que segue para sanção presidencial

(PT-AP), líder do governo no Congresso, e o deputado federal Carlos Zarattini (PT), líder do governo na CMO, se reuniram com o relator nesse intervalo para discutir a margem de remanejamento dos recursos do orçamento pelo governo.

Esse percentual define quanto, em relação ao total, a gestão federal pode mexer sem precisar de autorização do Congresso.

Ângelo Coronel fixou o percentual em 10%. Após acordo, o governo conseguiu 30% de margem de remanejamento sobre as verbas discricionárias (aquelas cuja execução não é obrigatória). Estimativa da consultoria da CMO é a de que isso dê ao governo cerca de R\$ 30 bilhões para remanejamento.

Nas palavras de dois integrantes da comissão que acompanharam essas negociações, os parlamentares resolveram dar mais uma vez um voto de confiança ao Executivo.

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ficou com R\$ 60 bilhões. O acordo fecha-

do durante a discussão do relatório também abriu margem para que o governo reorganizar até 25% das despesas não obrigatórias dentro do programa.

O relatório de Ângelo Coronel traz a previsão de R\$ 18,1 bilhões para a faixa 3 do Minha Casa, Minha Vida, e de R\$ 3,6 bilhões para o Vale-Gás. Para o programa Pé-de-Meia, a proposta orçamentária manteve a previsão de R\$ 1 bilhão, seguindo os remanejamentos enviados pelo Ministério do Planejamento.

Ao apresentar seu relatório à CMO, Ângelo Coronel disse que com o ajuste da inflação no teto (a regra considera o IPCA e crescimento real), o governo poderia cobrir o gasto total do Pé-de-Meia em 2025, estimado em R\$ 12 bilhões.

O relatório também prevê R\$ 4,2 bilhões para a Farmácia Popular e outros R\$ 4,2 bilhões para bolsas da Capes. O programa Bolsa Família, que teve um corte de R\$ 7,8 bilhões ficou com um orçamento final de R\$ 160 bilhões.

Emendas parlamentares terão R\$ 50 bilhões na peça orçamentária

O orçamento considera ainda R\$ 50,3 bilhões para emendas parlamentares. Nas semanas que antecederam a finalização do texto, a distribuição de R\$ 11,5 bilhões de emendas de comissão estavam no pacote do que os líderes do governo e a ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais, precisaram negociar para que a votação caminhasse.

Gleisi costurou um acordo com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União

Brasil-AP), para destravar a votação do orçamento. O acerto passou pelo compromisso de Gleisi com o pagamento de emendas parlamentares de 2024 e a apresentação de um cronograma de execução desses recursos.

Também de acordo com relatos de pessoas que acompanharam as negociações, o governo acertou o pagamento de R\$ 360 milhões em emendas para os parlamentares com assento na CMO até o próximo dia 15 de abril. Os valores variam de R\$ 3 milhões

a R\$ 8 milhões por congressista - a depender do posto que cada um desempenhou na comissão.

Alcolumbre participou do encerramento da votação na CMO nesta quinta. Em seu discurso, após a aprovação da proposta, Ângelo Coronel citou acordos numa fala que foi interpretada por parlamentares como um recado a integrantes do governo: "Ninguém é obrigado a dar a palavra. Mas se der, deve ser cumprida, pois o mundo é redondo. Não sei para quem vai (esta mensagem), mas alguém vai entender".



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Preocupação com as redes sociais

O deputado federal gaúcho Luiz Carlos Busato (União Brasil, foto) voltou a manifestar, da tribuna da Câmara, sua preocupação com as redes sociais. O parlamentar argumenta que, "os tempos mudaram, as redes sociais hoje estão ao alcance de todo cidadão comum, com muitas coisas sendo discutidas através da internet".



BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/Divulgação/JC

Abortos ilegais

Busato sugere ao Executivo "que investigue um fato que está acontecendo rotineiramente nas redes sociais, na internet, que é a divulgação de clínicas de saúde que fazem abortos ilegais, e oferecem esse serviço através da internet".

Nome dos sites

"É uma profusão de vários sites: Aborto Seguro; Ajuda Apoio; Aborto Seguro Brasil; Aborto Seguro São Paulo; e assim por diante, que anunciam explicitamente essa atividade, sem controle", denuncia o parlamentar.

Providências legais

O congressista pediu providências legais ao Ministério da Saúde para coibir esse tipo de procedimento ilegal, que é oferecido abertamente na internet mediante pagamento. Busato cobra: "é uma questão de saúde, é importante que o Ministério da Saúde investigue e identifique as clínicas, se elas têm realmente capacidade, ver se esses abortos estão sendo feitos de acordo com a legislação".

Lei da Ficha Limpa

O projeto que muda a Lei da Ficha Limpa e encurta o prazo em que um político fica proibido de disputar as eleições, a chamada inelegibilidade, fez com que partidos se unissem com o mesmo objetivo: burlar a legislação em vigor. "Trata-se de um espírito de corpo no Congresso Nacional, ou seja, de auto preservação", dizem especialistas.

Dificuldade para o consenso

O jurista Marlon Reis, juiz que atuou com força na aprovação da Lei da Ficha Limpa e que tem acompanhado todo o processo no Parlamento, afirmou: "eles estão, por algum motivo que nós ainda não conseguimos identificar exatamente, com dificuldade para formar consenso".

Projeto não foi debatido

Marlon Reis disse, em entrevista nesta quinta-feira, "que tiveram dificuldades com recurso do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), gaúcho de Passo Fundo, que queria que a matéria voltasse para a Comissão de Constituição e Justiça, o que seria, no mínimo, o que eles deveriam fazer, porque o projeto não foi debatido adequadamente no Senado".

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323